



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade

CONTRATO Nº 3/2021/SEPEC
PROCESSO SEI Nº 19687.102854/2021-19

**CONTRATO DE DESEMPENHO FIRMADO
ENTRE A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA
SECRETARIA ESPECIAL DE
PRODUTIVIDADE, EMPREGO E
COMPETITIVIDADE – SEPEC/ME, E O
INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA,
QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO.**

A UNIÃO, por intermédio da Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade, doravante designado SEPEC, neste ato representado pelo seu titular, o Secretário-Especial CARLOS ALEXANDRE JORGE DA COSTA, portador da Carteira de Identidade nº 36405616, expedida pela SSP-SP, inscrito no CPF sob o nº 980.332.127-72, nomeado pelo Decreto de 3 de janeiro de 2019, publicado no Diário Oficial da União de 3 de janeiro de 2019, seção 2, página 1, e o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia, doravante designado INMETRO; neste ato representada por seu Presidente MARCOS HELENO GUERSON DE OLIVEIRA JUNIOR, portador da Carteira de Identidade nº 019.469.03-0, expedida em 21/06/2016 pelo Ministério da Defesa – Exército Brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 120.688.798-24, nomeado pela Portaria nº 52 de 17 de fevereiro de 2020 do Ministério da Economia, publicado no Diário Oficial da União de 17 de fevereiro de 2020, Edição 33-A, seção 2, página 1, celebram, entre si, o presente contrato de desempenho, com base na Lei nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973, Lei nº 9.933, de 20 de dezembro de 1999, na Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, na Lei nº 13.934, de 11 de dezembro de 2019, no Decreto de 29 de julho de 1998, no Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019, no Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019, no Decreto nº 2.487, de 2 de fevereiro de 1998, no Decreto nº 2.488, de 2 de fevereiro de 1998, na Portaria nº 19.269, de 28 de julho de 2020 e na Portaria ME nº 406, de 8 de janeiro de 2020, que será regido pelas cláusulas e condições que se seguem:

ÍNDICE

[CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS FUNDAMENTOS DO CONTRATO](#)

[CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DEFINIÇÕES](#)

[CLÁUSULA TERCEIRA - DO OBJETO](#)

[CLÁUSULA QUARTA - DO PLANO DE TRABALHO](#)

[CLÁUSULA QUINTA - DAS RESPONSABILIDADES DO INMETRO](#)

[CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES DA UNIÃO POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA - ME](#)

[CLÁUSULA SÉTIMA - DAS MEDIDAS ADMINISTRATIVAS DE AMPLIAÇÃO DA AUTONOMIA DE GESTÃO](#)

[CLÁUSULA OITAVA - DO ACOMPANHAMENTO E DA AVALIAÇÃO DO CONTRATO DE DESEMPENHO](#)

[CLÁUSULA NONA- DOS INSTRUMENTOS DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO](#)

[CLÁUSULA DÉCIMA - SISTEMÁTICA DE PONTUAÇÃO](#)

[CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS](#)
[CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA RESCISÃO E DAS PENALIDADES](#)
[CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICIDADE](#)
[CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VIGÊNCIA](#)
[CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- DOS ANEXOS.](#)
[CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA- ELEIÇÃO DE FORO](#)

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS FUNDAMENTOS DO CONTRATO

O presente CONTRATO é firmado com fundamento nas seguintes disposições legais ou normativas:

- I) Lei nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973;
- II) Lei nº 9.933, de 20 de dezembro de 1999;
- III) Lei nº 13.844, de 18 de junho 2019;
- IV) Lei nº 13.934, de 11 de dezembro de 2019;
- V) Decreto de 29 de julho de 1998;
- VI) Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019;
- VII) Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019;
- VIII) Decreto nº 2.487, de 2 de fevereiro de 1998;
- IX) Decreto nº 2.488, de 2 de fevereiro de 1998;
- X) Portaria SE/ME nº 19.269, de 28 de julho de 2020; e
- XI) Portaria ME nº 406, de 8 de dezembro de 2020.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DEFINIÇÕES

Para os fins deste CONTRATO são adotadas as seguintes definições e abreviaturas:

- I) ME – Ministério da Economia;
- II) SEPEC – Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia;
- III) INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia;
- IV) SEFAZ – Secretaria Especial de Fazenda;
- V) SEDGG – Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital;
- VI) CAA – Comissão de Orientação, Acompanhamento e Avaliação; e
- VII) SE - Secretaria-Executiva do Ministério da Economia.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO OBJETO

O presente Contrato de Desempenho tem por objeto definir relações e responsabilidades entre os signatários, constituindo-se em instrumento de acompanhamento e avaliação do desempenho institucional da entidade, para efeito de supervisão ministerial, em especial no que se refere:

- I - A fixação de objetivos, metas e indicadores de desempenho a serem alcançados pelo INMETRO; e
- II - As medidas de organização administrativa que ampliem a autonomia de gestão do INMETRO durante a vigência do presente Contrato, em função de sua qualificação como agência executiva.

CLÁUSULA QUARTA - DO PLANO DE TRABALHO

O Plano de Trabalho a ser executado pelo INMETRO, no âmbito do presente Contrato, Anexo II, é parte integrante deste Instrumento, independentemente de transcrição e observará o seguinte:

- I - O Plano de Trabalho contém as seguintes informações: objetivos, indicadores e metas de desempenho a serem alcançados pelo INMETRO;

II - A revisão do Plano de Trabalho ocorrerá anualmente em reunião com a CAA ou caso haja situação extraordinária que a justifique, conforme a Cláusula Décima Primeira; e

III - O Plano de Trabalho deve ser compatível com a programação do Plano Plurianual e da Lei Orçamentária Anual para o exercício correspondente, conforme Demonstrativo de Compatibilidade constante do Anexo V.

Subcláusula Única: Para efeito do disposto no inciso III desta Cláusula, o cumprimento do disposto no § 5º do art. 3º do Decreto nº 2.487, de 2 de fevereiro de 1998, será entendido como definição de orçamento e metas anuais os dados contidos na Lei Orçamentária de 2021 e no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), encaminhado pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, para os exercícios de 2022 e 2023.

CLÁUSULA QUINTA - DAS RESPONSABILIDADES DO INMETRO

Constituem responsabilidades do INMETRO:

I - Alcançar as metas de desempenho e cumprir os objetivos estabelecidos no Plano de Trabalho do Contrato de Desempenho, Anexo II;

II - Promover a disseminação interna dos termos do Contrato de Desempenho e o comprometimento do corpo funcional do INMETRO com a execução do Plano de Trabalho;

III - Disponibilizar, tempestivamente, informações que lhe forem solicitadas relativas à execução deste contrato;

IV - Assegurar o alinhamento, o desdobramento e a operacionalização do Plano de Trabalho do Contrato de Desempenho no planejamento interno;

V - Dispor de mecanismos que estimulem o controle social do desempenho institucional e dos resultados alcançados pelo INMETRO na execução do Contrato de Desempenho;

VI - Propiciar os meios internos para o gerenciamento do Contrato de Desempenho, que assegurem a orientação, a coordenação e o acompanhamento necessários à execução do Plano de Trabalho do Contrato de Desempenho e permitam, inclusive, a adoção de medidas corretivas, quando pertinentes;

VII - Propor a renovação deste contrato, na forma do disposto na Cláusula Décima Quarta;

VIII - Dispor de plano de melhoria ou inovação da gestão em andamento, que defina diretrizes, políticas e medidas de desenvolvimento institucional e de adoção de práticas de gestão por resultados; e

IX – Dar publicidade, em seu sítio eletrônico, a este Contrato e instrumentos relacionados, bem como aos resultados alcançados.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES DA UNIÃO POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA - ME

Constituem responsabilidades do SEPEC/ME:

I - Estruturar processo interno para o acompanhamento, a avaliação e a supervisão do presente Contrato de Desempenho e prover os meios necessários à sua execução, em sua esfera de competência;

II - Instalar e coordenar Comissão de Orientação, Acompanhamento e Avaliação do Contrato de Desempenho, na forma da Cláusula Nona;

III - Propor a inclusão dos créditos orçamentários pactuados pelos signatários para a execução do Plano de Trabalho na proposta da Lei Orçamentária Anual encaminhada ao Congresso Nacional; e

IV - Demandar, quando necessário, a ampliação das autonomias de gestão orçamentária, financeira, operacional e de recursos humanos à Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

V - Solicitar, quando necessário, orientação técnica à SEFAZ/ME, no âmbito de suas competências legais:

a) nos processos de negociação, execução, acompanhamento e avaliação do contrato de desempenho;

b) quanto ao usufruto das medidas de ampliação da autonomia de gestão dispostas na Cláusula Sétima deste instrumento;

- c) no acompanhamento e avaliação das medidas de ampliação da autonomia de gestão, dispostas na Cláusula Sétima, sobre os resultados obtidos pelo INMETRO;
- d) na análise, discussão e avaliação, no seu âmbito de atuação, as medidas de ampliação de autonomia de gestão propostas para o INMETRO tendo como premissa o aperfeiçoamento do modelo de contratualização na Administração Pública;
- e) quanto à prática dos atos necessários à liberação de recursos financeiros ao órgão setorial do sistema de programação financeira do ME, considerando os Decretos de programação orçamentária e financeira da União, para o período de vigência deste Contrato; e
- f) na avaliação da edição de medidas de organização administrativa específicas para as Agências Executivas, de que trata a Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, art. 52, visando assegurar a sua autonomia de gestão, bem como a disponibilidade de recursos orçamentários e financeiros para o cumprimento dos objetivos e metas definidos neste Contrato.

VI - Solicitar às unidades administrativas mencionadas nesta Cláusula, subsídios para avaliação conclusiva sobre os resultados alcançados, por ocasião do termo final do contrato de desempenho, conforme Decreto nº 2.487, de 02 de fevereiro de 1998, Art. 4º, § 7º; bem como demandar a indicação de seus representantes para integrarem a CAA do Contrato de Desempenho.

Subcláusula Única: a Subsecretaria de Supervisão e Controle, unidade da sua estrutura regimental da SEPEC, será responsável por exercer as competências de acompanhar e fiscalizar a execução do presente Contrato, assim como avaliar os resultados obtidos.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS MEDIDAS ADMINISTRATIVAS DE AMPLIAÇÃO DA AUTONOMIA DE GESTÃO

O INMETRO terá ampliada sua autonomia de gestão orçamentária, financeira, operacional e administrativa, por meio das seguintes medidas:

I - Não se aplicarão ao INMETRO os limites anuais para realização de serviços extraordinários de que trata o Decreto nº 948, de 5 de outubro de 1993, e nº 3.406, de 6 de abril de 2000, desde que previamente atestada a existência de recursos orçamentários disponíveis, devendo o Inmetro estar preparado para apresentar justificativa sobre a necessidade da realização do serviço, sempre que solicitada;

II - Fica o INMETRO dispensado da celebração de termos aditivos a contratos e a convênios de vigência plurianual, quando objetivarem unicamente a identificação dos créditos à conta dos quais devam correr as despesas relativas ao respectivo exercício financeiro;

II — Fica delegada ao Presidente do INMETRO competência para:

- a) aprovação ou readequação de sua estrutura regimental, mediante ato normativo do Ministro da Economia publicado no Diário Oficial da União, sem aumento de despesas, observadas as disposições específicas previstas em lei e mantido o quantitativo de cargos destinados à entidade;
- b) revisão do Regimento Interno do INMETRO;
- c) autorização para concessão de diárias, passagens e locomoção dos servidores da instituição, incluindo afastamento com e sem ônus do País observadas as normas a respeito;
- d) edição de regulamento próprio de avaliação de desempenho individual dos seus servidores, conforme art. 5º do Decreto nº 2.488, de 2 de fevereiro de 1998, cujos resultados poderão ser considerados para efeito de progressão funcional, observadas as disposições legais aplicáveis a cada cargo do Plano de Carreiras e Cargos do INMETRO;
- e) nomeação, designação e dispensa de servidores do INMETRO para ocuparem cargos em comissão da Autarquia do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores — DAS iguais ou inferiores ao nível 4 e de Funções Gratificadas — FG;
- f) regulamentação do registro de assiduidade e pontualidade de seus servidores, inclusive os ocupantes de cargos em comissão ou funções gratificadas; e

g) fixação de limites específicos, aplicáveis ao INMETRO, para concessão de suprimento de fundos para atender a despesas de pequeno vulto, prevista no inciso III do art. 45 do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, observadas as demais disposições do referido Decreto.

Subcláusula Primeira: O INMETRO publicará, no Diário Oficial da União:

I - Os dados relativos a número, valor, classificação funcional, estrutura programática e de natureza da despesa, correspondentes à nota de empenho ou de movimentação de créditos, de que trata o inciso II desta Cláusula; e

II - A eventual readequação de sua estrutura regimental e correspondente revisão do Regimento Interno, de que tratam, respectivamente, as alíneas “a” e “b” do inciso III desta Cláusula.

Subcláusula Segunda – Ao Inmetro são reservadas as autonomias referidas nessa cláusula e aquelas concedidas mediante outros normativos desde que não conflitantes com as autonomias presentes neste contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DO ACOMPANHAMENTO E DA AVALIAÇÃO DO CONTRATO DE DESEMPENHO

Em cumprimento ao inciso III da Cláusula Sexta, a SEPEC instituirá a CAA, na qualidade de instância de assessoramento técnico aos processos de orientação, acompanhamento e avaliação do Contrato de Desempenho, com o objetivo de subsidiar os processos relativos à supervisão ministerial do INMETRO.

Subcláusula Primeira: Compete à CAA:

I- Propor orientações a respeito das ações, projetos e outros instrumentos considerados prioritários para o alinhamento do INMETRO com as políticas de desenvolvimento, particularmente as relativas às áreas industrial, comercial, de serviços e tecnológica;

II - Acompanhar e avaliar o desempenho da instituição, à luz do estabelecido no CONTRATO;

III - Recomendar ajustes e ações corretivas decorrentes do acompanhamento e avaliação;

Subcláusula Segunda: As discussões realizadas na CAA, bem como as manifestações formais por ela emitidas, deverão subsidiar a atuação da SEPEC na supervisão do INMETRO.

Subcláusula Terceira: A CAA será composta por um representante da Secretaria Especial de Produtividade Emprego e Competitividade; por um representante das unidades singulares da SEPEC; por um representante da SEDGG, por um representante da SEFAZ e por um representante da sociedade civil; designados por ato do Secretário Especial da Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia.

Subcláusula Quarta: A CAA será presidida pelo representante da Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade e, na sua ausência, pelo seu suplente na Comissão.

Subcláusula Quinta: A Subsecretaria de Supervisão e Controle da SEPEC fará o papel de secretaria executiva da CAA.

Subcláusula Sexta: O INMETRO poderá participar das reuniões da CAA como convidado, a critério do presidente da CAA.

Subcláusula Sétima: O apoio logístico e de infraestrutura decorrentes das atividades da Comissão são de competência da SEPEC.

Subcláusula Oitava: As despesas relacionadas com a participação dos membros da Comissão correrão por conta das respectivas entidades/órgãos que a compõem.

CLÁUSULA NONA- DOS INSTRUMENTOS DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

São instrumentos de monitoramento da CAA, sem prejuízo de outros definidos pelo ME, no âmbito de sua supervisão, os seguintes:

I – Reuniões da CAA;

II – Relatórios de Desempenho – parcial e anual – apresentados pelo INMETRO;

III – Relatórios de Monitoramento – parcial e anual – emitidos pela CAA;

IV – Relatório Global de Avaliação apresentado pelo INMETRO;

V – Relatório de Avaliação Anual elaborado pela SEPEC; e

VI – Relatório de Avaliação Conclusiva emitido pela SEPEC.

Subcláusula Primeira: As Reuniões da CAA serão convocadas pela Presidência ao menos uma vez por semestre, com o objetivo de monitorar a evolução e o desempenho dos objetivos, indicadores e metas, bem como apreciar outras matérias específicas de seu âmbito de atuação, a fim de propor medidas adicionais ou corretivas.

Subcláusula Segunda: Os Relatórios de Desempenho deverão ser elaborados pelo INMETRO, com o objetivo de subsidiar a CAA no acompanhamento e avaliação do desempenho da instituição.

Subcláusula Terceira: Os Relatórios de Desempenho devem ser apresentados à CAA com 15 dias de antecedência de cada reunião, ao menos uma vez no semestre ou conforme definido pela CAA, o que for menor; e, de modo consolidado, uma vez ao ano.

Subcláusula Quarta. Os Relatórios de Desempenho deverão contemplar, no mínimo:

I - uma avaliação geral do desempenho do INMETRO em relação ao alcance dos objetivos e metas;

II - a indicação dos fatores positivos ou negativos que influenciaram o desempenho e o índice de preenchimentos dos objetivos do Contrato;

III - a análise dos resultados obtidos com a execução dos programas e projetos, com base nas metas e indicadores constantes do Plano de Trabalho deste Contrato;

IV - a indicação de medidas corretivas que tenham sido implementadas ou a indicação das que sejam necessárias; e

V - avaliação a respeito das medidas de autonomia de gestão e, se for o caso, a proposição de novas medidas para discussão.

Subcláusula Quinta: Os Relatórios de Monitoramento deverão ser elaborados pela CAA, até 15 dias após cada reunião, com o objetivo de manifestar a opinião do grupo acerca do Relatório de Desempenho apresentado pelo INMETRO e dar conhecimento de seu conteúdo ao Secretário Executivo.

Subcláusula Sexta: Os Relatórios de Monitoramento deverão ser comunicados sintéticos que manifestam a opinião da CAA sobre o desempenho apresentado pelo INMETRO, além de indicar recomendações de ajustes e medidas corretivas, e devem levar em consideração os desvios dos resultados em relação às metas acordadas, a manutenção ou alteração dos cenários, e o empenho do INMETRO para o cumprimento dos objetivos, metas e indicadores de desempenho acordados.

Subcláusula Sétima: A SEPEC elaborará anualmente o Relatório de Avaliação Anual, preferencialmente até 30 de abril de cada ano, com o objetivo de subsidiar a supervisão ministerial.

Subcláusula Oitava: O Relatório de Avaliação Anual deverá avaliar os resultados alcançados com o Contrato e sua utilização como instrumento de acompanhamento e avaliação do desempenho institucional.

Subcláusula Nona: O Relatório Global de Avaliação deverá ser elaborado pelo INMETRO com o objetivo de apresentar sua avaliação final sobre o Contrato e deverá conter, no mínimo, resultados alcançados na vigência do contrato em relação aos objetivos, metas; identificação dos fatores que influenciaram esses resultados; e avaliação do Contrato como instrumento de acompanhamento e avaliação.

Subcláusula Décima. O Relatório Global de Avaliação poderá ser apresentado à CAA como capítulo específico do Relatório Anual de Desempenho referente ao ano de 2022, ou, isoladamente, até 15 de março de 2023, a fim de subsidiar a renovação deste Contrato.

Subcláusula Décima-Primeira. A SEPEC elaborará o Relatório de Avaliação Conclusiva por ocasião do termo final do Contrato, com o objetivo de realizar avaliação conclusiva sobre os resultados alcançados no período e sua utilização como instrumento de acompanhamento e avaliação do desempenho institucional da entidade.

Subcláusula Décima-Segunda: A SEPEC dará imediata ciência ao INMETRO do conteúdo dos Relatórios de Monitoramento da Comissão, assim como de seu pronunciamento a respeito das sugestões e recomendações apresentadas por aquela instância, quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA - SISTEMÁTICA DE PONTUAÇÃO

A avaliação conclusiva da execução do contrato de desempenho, para fins de supervisão ministerial e de manutenção da qualificação do INMETRO como agência executiva, observará a sistemática de pontuação global descrita no Anexo IV deste Contrato.

Subcláusula Primeira: A Comissão considerará no seu parecer: os desvios dos resultados em relação às metas acordadas, a manutenção ou alteração dos cenários, a efetiva disponibilidade das medidas administrativas que ampliem a autonomia de gestão do INMETRO e o seu empenho para o cumprimento dos objetivos, metas e indicadores de desempenho acordados.

Subcláusula Segunda: Em casos excepcionais e devidamente justificados, decorrentes de fatos supervenientes cuja ocorrência não poderia ser prevista ou evitada e cujos efeitos sobre o desempenho da instituição sejam significativos e, ao mesmo tempo, não poderiam ser mitigados por ações da Autarquia, a CAA poderá, por decisão unânime, desconsiderar do cálculo da pontuação final o desempenho dos indicadores ou objetivos impactados.

Subcláusula Terceira: Em casos de desempenho insuficiente decorrentes de imperícia da gestão ou em razão de qualquer evento alheio aos servidores, desde que com devida comprovação, a CAA poderá, por decisão unânime, atribuir pontuação mínima equivalente à pontuação obtida no último ano.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

Este Contrato e seus anexos poderão ser revistos por iniciativa de qualquer das partes signatárias, mediante Termo Aditivo, observadas as normas pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA RESCISÃO E DAS PENALIDADES

O presente Contrato de Desempenho poderá ser rescindido, por acordo entre as partes ou administrativamente, pelo ME, nas seguintes situações:

I - Se houver descumprimento das cláusulas, dos objetivos e das responsabilidades estabelecidas no Contrato, decorrentes de má gestão, culpa ou dolo; e

II - Por insuficiência injustificada de desempenho institucional do INMETRO, apurada durante o processo de acompanhamento e avaliação do Contrato.

Subcláusula Primeira: A rescisão deste Contrato ensejará a adoção de medidas que visem a desqualificação do INMETRO como Agência Executiva e a imediata suspensão das medidas administrativas de ampliação de autonomia de gestão de que trata a Cláusula Sétima, cabendo ao ME a adoção dos atos necessários à revogação das citadas medidas.

Subcláusula Segunda: São nulos os atos praticados em contrariedade à suspensão de que trata o parágrafo anterior, sujeitando aqueles que os praticarem às sanções legais cabíveis.

Subcláusula Terceira: O descumprimento injustificado dos objetivos e metas pactuados no âmbito do presente contrato ensejará medidas visando à desqualificação do INMETRO como agência executiva, assim como, a suspensão dos termos contratados.

Subcláusula Quarta: Os dirigentes que derem causa ao descumprimento injustificado dos objetivos e metas avençados, bem como a eventuais faltas cometidas, serão responsabilizados, proporcionalmente ao grau da inadimplência, na forma da lei.

Subcláusula Quinta: O descumprimento injustificado dos termos deste Contrato de Desempenho poderá acarretar, em relação aos dirigentes, advertência e proposta de destituição de cargo em comissão.

Subcláusula Sexta: A proposta de destituição de cargo em comissão dos dirigentes poderá ser aplicada após a terceira advertência, conforme decisão do Secretário Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade.

Subcláusula Sétima: A penalidade aplicada deverá ser proporcional ao grau de descumprimento dos termos contratados, sem prejuízo da responsabilização civil, penal e administrativa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICIDADE

O ME dará publicidade ao presente Contrato de Desempenho, nos termos da legislação em vigor.

Subcláusula Única: O INMETRO disponibilizará, por meio eletrônico, para consulta de qualquer interessado, o Contrato de Desempenho e seus documentos correlatos, incluindo o Relatório de Desempenho.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VIGÊNCIA

O presente Contrato de Desempenho vigorará da data de sua assinatura a 30 de abril de 2021 até 30 de abril de 2023, com duração de 2 anos, podendo ser prorrogado por sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses.

Subcláusula Única: A renovação deste Contrato de Desempenho será proposta pelo INMETRO, com antecedência de 180 (cento e oitenta) dias do término de sua vigência.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- DOS ANEXOS

Constituem anexos deste CONTRATO:

I – Plano Estratégico 2021-2023;

II – Plano de Trabalho;

III – Fichas dos Indicadores

IV – Sistemática de Pontuação; e

V – Demonstrativo de Compatibilidade do Plano Anual.

Subcláusula Única. As Leis Orçamentárias Anuais para os anos posteriores serão anexadas oportunamente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA- ELEIÇÃO DE FORO

Fica eleita a Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal da Advocacia Geral da União — CCAF como a competente para dirimir quaisquer questões provenientes deste termo eventualmente não resolvidas no âmbito administrativo.

E, por estarem assim justas e acordadas, firmam as partes o presente Contrato, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma e para os mesmos fins de direito, na presença das testemunhas abaixo qualificadas.

Brasília, de

de 2021.

Documento assinado eletronicamente

CARLOS ALEXANDRE DA COSTA

Secretário Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade

Documento assinado eletronicamente

MARCOS HELENO GUERSON DE OLIVEIRA JUNIOR

Presidente do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia

Documento assinado eletronicamente por **Marcos Heleno Guerson de Oliveira Junior**, Usuário

Externo, em 01/07/2021, às 10:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do



art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Alexandre Jorge Da Costa, Secretário(a) Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade**, em 01/07/2021, às 11:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **16202483** e o código CRC **456DAD47**.

Referência: Processo nº 19687.102854/2021-19.

SEI nº 16202483